

18h 20



**Câmara dos Deputados**  
Liderança do AVANTE

**AVANTE 70**

**PROJETO DE LEI Nº 1.321, DE 2019**

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº , DE 2019.**

Nº 15

Acrescente-se, o seguinte artigo ao Projeto  
de Lei nº 1.321, de 2019:

A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995  
(Lei dos Partidos Políticos), passa a vigorar com nova redação do  
art. 37, com acréscimo do § 15º, nova redação a norma do art. 37-  
A e acréscimo de art. 37-B, nos seguintes termos:

Art. 37. A desaprovação das contas do partido implicará  
exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada  
como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento),  
vedada a suspensão de recebimento de cotas do fundo partidário.

.....  
§ 15º. A norma prevista no caput deverá ser aplicada para  
prestações de contas de anos anteriores, cuja decisão não tenha  
transitado em julgado.

Art. 37-A. A falta de prestação de contas implicará a  
suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar  
a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei,  
vedada sanção de suspensão ou desanotação do órgão partidário  
por qualquer motivo, não causando óbice para a sua participação  
no processo eleitoral.

Art. 37-B – A reapresentação da prestação de contas  
suspende as sanções impostas a agremiação, até decisão  
transitada em julgado do processo de regularização das contas.

**JUSTIFICAÇÃO**





**Câmara dos Deputados**  
Liderança do AVANTE

**AVANTE 70**

A legislação eleitoral brasileira precisa de permanente aperfeiçoamento pontual. É disso que cuida a presente Emenda Aditiva, tal como o PL a que se dirige.

No caso da Emenda, trata-se de aperfeiçoamento que permitirá as agremiações regularizar as prestações de contas, nos termos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), sem que seja prejudicado o direito de representação política do povo brasileiro.

Os partidos políticos se apresentam como pilares da democracia, sendo requisito legal para qualquer candidatura a filiação do candidato a partido político.

Desta forma, a suspensão ou desanotação de órgão de partidos políticos fere de morte os princípios e garantias constitucionais, em grande prejuízo ao direito de representatividade previsto no ordenamento eleitoral vigente.

A Lei dos Partidos Políticos, tal como hoje vigora, já consagra sanções pela desaprovação ou ausência de prestação de contas. A Emenda, portanto, não se contrapõe ao que determina a Lei, mas apenas explicita a impossibilidade de suspensão ou desanotação de órgãos partidários em decorrência da mera falta de prestação de contas.

Ainda mais grave, é a perpetuação da sanção quando da reapresentação das contas, em função da morosidade do processo judicial, que independe da vontade da agremiação sancionada. Portanto, o objetivo é esclarecer que, no caso de reapresentação de prestação de contas, não pode haver continuidade de sanções decorrentes da falta daquela prestação

Sala das Sessões, em                      de                      de 2019.

  
**Deputado LUIS TIBÉ**  
Líder do AVANTE


